

FONTES HISTÓRICAS E PESQUISAS SOBRE ESCRAVIDÃO NEGRA E HISTÓRIA INDÍGENA NO BRASIL: DISCUSSÕES TEÓRICO - METODOLÓGICAS

Juciene Ricarte Apolinário¹

Marcos Roberto Caporicci²

Fabiano Badú de Souza³

A preservação e o acesso aos documentos históricos são responsabilidades de toda a sociedade que deve ser conscientizada da imensa massa documental armazenada nos arquivos e bibliotecas especialmente quando se trata de fontes históricas respeitantes a grupos étnicos e sociais que permaneceram durante muito tempo à margem dos estudos históricos como os indígenas e o povo negro no período em que viviam sob o jugo da escravidão (SANTOS, 1983). Diante do exposto busca-se criar um instrumento de pesquisa que permita, mais facilmente, o acesso aos documentos respeitantes as antigas capitanias brasileiras que tratam tanto da história indígena e da escravidão negra (SCHELLENBERG, 1994). Pretende-se produzir um Catálogo Geral dos Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à História Indígena e Escravidão Negra no Brasil verbetados pelo Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, coordenado pelo Ministério da Cultura, no Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa/Portugal.

Na documentação do AHU, microfilmada através do Projeto Resgate destacam -se: cartas, relatórios, requerimentos, cartas régias, alvarás, provisões, consultas, relatos de

¹ Professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e coordenadora nacional do Projeto Catálogo Geral dos Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à História Indígena e Escravidão Negra no Brasil verbetados pelo Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”.

² Aluno do curso de história da UFCG, pesquisador de iniciação científica e técnico em sistema de informação do Projeto Catálogo Geral dos Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à História Indígena e Escravidão Negra no Brasil verbetados pelo Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”.

³ O graduando da Licenciatura e Bacharelado em História pela UFCG é pesquisador de iniciação científica referente ao Projeto Catálogo Geral dos Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à História Indígena e Escravidão Negra no Brasil verbetados pelo Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”.

viagens, entre outros que foram geridos pela burocracia administrativa portuguesa e que tratam da questão indígena e do tráfico de escravos e da escravidão negra no Brasil.

A quase totalidade da documentação pertence ao fundo do Conselho Ultramarino, destacando-se documentos dispositivos normativos, os que se enquadram como manifestações de vontade de autoridades supremas e documentos informativos que são opinativos que esclarecem questões contidas em outros documentos. Ou seja, documentos ascendentes que partiam dos súditos em direção as autoridades supremas delegadas aos súditos.

Estes documentos guardam informações riquíssimas e, em sua maioria, não foram tratados historicamente. O acúmulo de papéis substancialmente jurídico-administrativos, concebidos na colônia ou na metrópole, revelam as ações e relações cotidianas de sujeitos históricos antes excluídos da escrita da história como é o caso dos povos indígenas e dos homens e mulheres negras africanas que viviam em uma sociedade colonial marcadamente excludente, criando espaços de resistência política e de sociabilidades..

Documentos para a História Indígena no Brasil

A historiografia brasileira vem, nos últimos anos, despertando para a questão indígena, abrindo discussões críticas, construindo novas concepções que revisaram e revisam os planos teórico-metodológicos tradicionais acerca da história indígena. Uma compreensão das sociedades e culturas indígenas e da atuação das agências indigenistas não pode, portanto, passar sem uma reflexão e recuperação críticas de sua dimensão histórica. Estudos com base na reavaliação ou na análise contextualizada da documentação vêm mostrando uma nova visão do papel e da atuação das populações indígenas no longo processo de contato e de “convivência”, nem sempre pacífica, iniciado com a expansão européia (APOLINARIO, 2005). O que se propõe com os estudos de história indígena é considerar os índios como sujeitos históricos, o que significa inserir esses sujeitos em eixos espaço-temporais e relacioná-los a conjuntos específicos de atores, com valores e estratégias sociais bem determinados. Para este fim o acesso às fontes históricas colônias respeitantes a história indígena, microfilmados no âmbito da execução da execução do Projeto resgate Barão do Rio Branco garantirá maiores inclusões e análises de fontes

inéditas sobre a referida temática. Sim, pois muitos documentos que estão anexados a processos jurídico-administrativos das diversas capitanias do Brasil Colonial serão lidos e catalogados para compor a coleção respeitante as políticas indígenas e indigenista.

Documentos para a História do Tráfico de Escravos e Escravidão Negra no Brasil

Por muito tempo, as relações de dominação que se estabeleceram na sociedade escravista no Brasil foram pensadas exclusivamente dentro de um quadro marcado pelo binômio submissão-resistência. Em outras palavras, a imagem dos escravos mais difundida pela historiografia era a de um conjunto de homens e mulheres inteiramente subjugados por sua própria condição, anômicos, impedidos de pensar a si mesmos de outro modo que não como **coisas**. Partindo da definição estritamente legal que considerava o escravo como **mercadoria** – isto é, objeto de transação e dos desígnios de seu proprietário – concluía-se que ele vivia esta alienação integralmente, como se, uma vez reduzido à condição de **objeto**, fosse anulado como **sujeito**, incapaz de qualquer ação autônoma, com exceção da reação “espontânea” da violência e da fuga. Se é verdade que a ênfase na submissão brutal dos escravos e na sua impossibilidade de combater a partir de dentro as conseqüências do cativeiro ajudou a demolir o mito da “democracia racial” no Brasil entre os anos 1950 e 60, esta perspectiva sobre a escravidão também deixou em aberto muitos problemas que apenas foram enfrentados pelos estudos históricos.

Desse modo, os estudos sobre o mundo da escravidão, ao se deparar com ricas fontes históricas como a do Arquivo Histórico Ultramarino, podem se desdobrar a partir de temas e problemas distintos – em várias direções entre eles a rediscussão dos significados do castigo físico dos escravos na política de domínio senhorial, a análise da importância das lutas escravas em torno da alforria e do reconhecimento do pecúlio no longo e tortuoso processo da emancipação, a existência da família e das linhagens escravas e sua importância na conformação dos conflitos entre senhores e escravos, as ligações frequentes entre quilombolas, comerciantes e escravos das fazendas.

Objetivando criar um instrumento de pesquisa que permita, mais facilmente, o acesso aos documentos respeitantes as antigas capitanias brasileiras que tratam tanto da história indígena e da escravidão negra é que pretende-se produzir um **Catálogo Geral dos**

Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à História Indígena e Escravidão Negra no Brasil verbetados pelo Projeto Resgate “Barão do Rio Branco” no Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa/Portugal. Dessa forma, contribuir-se-á para divulgar os manuscritos das capitanias brasileiras facilitando, desse modo, a pesquisa sobre a temática através de um banco de dados e CD-ROMs que contemplem todos os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, microfilmados pelo Projeto Resgate, que versem sobre os assuntos propostos.

Os catálogos temáticos serão instrumentos de trabalho, com centenas de verbetes e índices de todas as antigas capitanias brasileiras inseridas em regiões, que tornará possível, de forma objetiva, a ampliação da divulgação das fontes para as temáticas propostas no presente Projeto, facilitando e agilizando a consulta e a pesquisa contínua de estudiosos das Ciências Humanas e Sociais do Brasil e do exterior.

A coleção de CDs, os catálogos–verbetes e os índices elaborados enquanto instrumentos de democratização do acervo microfilmado do AHU, permitirá que os pesquisadores de história indígena e escravidão negra no Brasil, relacionem texto e contexto, estabelecendo os nexos entre as idéias contidas nos documentos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações que presidem a produção e a circulação dos discursos construídos no período histórico do Brasil colonial.

METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A releitura dos verbetes de cerca de 300.000 documentos, em 3.000 rolos de microfilme referentes às capitanias brasileiras, necessita de um trabalho minucioso e dedicado de pesquisadores. Após a releitura dos verbetes serão selecionados os que tratam da questão indígena e da escravidão negra, com a preocupação de se retornar ao documento sempre que necessário. Sim, pois ao passo que todos os verbete elaborados no âmbito do Projeto Resgate relidos, logo serão elencadas as fontes históricas que tratam das temáticas em destaque para este Projeto.

Para além dos documentos verbetados, dar-se-á atenção adequada também aos documentos anexos que trazem, em sua maioria, dados sobre a colônia, necessários para dar

suporte às decisões metropolitanas. É nessa documentação anexa que se encontra a maior parte das informações de teor histórico e etnológico, esse último para as questões indígenas.

Após a leitura do conjunto documental, indicar-se-á descritores temáticos suficientemente amplos para classificar a informação com menor incidência de erros ou vícios de interpretação, vinculando-os, em diversos casos, a subdescritores que expressem conteúdos específicos extraídos dos documentos, incluindo, sempre que aplicável, alguns de interesse etnológico no caso dos povos indígenas. Tais descritores serão construídos *pari passu* com a leitura e de acordo com a análise dos textos documentais.

Os catálogos serão produzidos cronologicamente e por unidades de trabalho, que não são exatamente correspondentes às regiões geográficas atuais, pois as capitânicas serão agrupadas por aproximações históricas de formação e/ou administração. Tais unidades serão trabalhadas por pesquisadores aos familiarizados com os documentos coloniais, conhecedores e interessados em história indígena em razão de trabalhos prévios.

SANTOS, Usaú. **A utilização do Microfilme como meio de preservação de documentos**, Revista Bad, Lisboa (1) 1983.

SCHELLENBERG, T. D. **Arquivos Modernos**. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

BERTOLLETE, Esther Caldas. **Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivos**. Como fazer vol. 7. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.